

**Luiz Bezerra Neto**

Professor doutor da Universidade Federal de São Carlos.

# Educação no MST

## Um encontro com o ruralismo pedagógico

O artigo discute as relações entre o movimento denominado Ruralismo Pedagógico e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscando estabelecer as afinidades e diferenças entre eles, à medida que ambos entendem que a pedagogia poderia ser um mecanismo de fixação do trabalhador no campo, sem considerar as condições socioeconômicas que a determinam.

*Palavras-chave: educação rural; ruralismo pedagógico; trabalhadores rurais; MST.*



The text talks about the differences between the movement called Pedagogical Ruralism, and the Landless Workers Movement (MST), trying to establish proximities and differences between the groups, while the movements understand that pedagogy may be a gear of worker fixation in the field, not considering the social-economic conditions, which determine it.

*Keywords: rural education; pedagogical ruralism; rural workers; Landless Workers Movement.*

A partir do último quarto do século XX, o movimento social que mais ganhou evidência no Brasil foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Embora esse movimento afirme ter se inspirado nas Ligas Camponesas e nas lutas dos trabalhadores rurais ocorridas no Brasil durante os séculos XIX e XX, no que tange à

questão educacional não resta dúvida de que muitos de seus discursos encontram subsídio no movimento denominado Ruralismo Pedagógico,<sup>1</sup> presente na primeira metade do século XX. Para que possamos compreender as semelhanças estabelecidas entre o Ruralismo Pedagógico e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com suas mudanças e

permanências, conflitos e divergências, é preciso entender que a educação rural tem mantido certas peculiaridades ao longo do tempo, peculiaridades essas que poderão tornar-se mais explícitas à medida que conhecermos melhor a gênese e as propostas educativas do MST.

Para tanto, é necessário que entendamos que as lutas pela terra no Brasil não são recentes. Datam do período colonial, com os povos indígenas na defesa de seu território contra as “entradas” e “bandeiras”, patrocinadas pelo governo português e por proprietários de terra da época. Essas lutas ganharam impulso no final do século XIX, com as denominadas lutas messiânicas que, de alguma forma, acabaram influenciando e norteando as principais lideranças do MST. Das lutas que inspiraram o MST, podemos destacar Canudos, ocorrida no sertão da Bahia, entre os anos de 1870 e 1897, tendo como líder Antônio Conselheiro, derrotado depois de várias e brutais incursões das tropas federais.

Outro importante movimento de luta pela terra, que também influenciou o MST, aconteceu na região do Contestado (divisa do Paraná com Santa Catarina), entre os anos de 1912 e 1916, e envolveu milhares de camponeses, tendo sido liderado pelo monge José Maria, também derrotado por tropas federais.

Dentre todos os movimentos de luta pela terra, o que mais influenciou os fundadores do MST, e do qual, segundo João Pedro Stédile,<sup>2</sup> o movimento é herdeiro,

foi o das Ligas Camponesas<sup>3</sup> que, nas décadas de 1950 e 1960, desenvolveu importante papel na luta contra o latifúndio no interior do Nordeste, sobretudo na região do semi-árido de Pernambuco e da Paraíba.

Depois desse período, com o golpe militar de 1964, estabeleceu-se a chamada paz de cemitérios<sup>4</sup> no campo brasileiro, até que, no final da década de 1970, sobretudo após a criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, e as greves dos metalúrgicos do ABCD paulista, sob a liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula, os camponeses sentiram-se estimulados a lutar por espaços para plantio, iniciando no Rio Grande do Sul as ocupações de terra que estão na gênese do MST.

O MST nasceu das lutas concretas pela conquista da terra que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada na região Sul do país. No final dos anos de 1970, houve significativo aumento na concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários e empresas rurais, culminando com a expulsão dos pobres da área rural, devido à modernização por que passava a agricultura, ocasionando então um largo período de crise no campo, agravada pela falência do processo de colonização implementado pelo regime militar.

Impulsionado pela ideologia da construção de uma sociedade igualitária, a partir da implementação de uma reforma agrária feita sob o controle dos trabalhadores, o MST entendia que a

redistribuição de “terras ociosas” para a massa de excluídos seria a forma ideal de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e de melhor distribuir a renda no país. Daí a insistência na luta pela manutenção do homem no campo, através de uma reforma agrária que distribuisse a propriedade da terra.

O MST, desde sua fundação, tem afirmado a necessidade inexorável de uma reforma agrária que modifique a estrutura da propriedade da terra, dando-lhe um caráter socialista, transformando o modo de produção e conseqüentemente as relações de trabalho até agora predominantes na sociedade brasileira. Esse discurso, porém, é contraditório, pois ao mesmo tempo em que o MST afirma lutar por uma sociedade socialista, em que devem ser rompidas as barreiras do direito “sagrado” da propriedade por meio das ocupações de terras no campo, aceita e defende a pequena propriedade rural, contribuindo para ampliar e fortalecer as relações capitalistas de produção no campo, apesar de este setor ter sido historicamente considerado um entrave nas lutas para a construção de uma sociedade socialista, em virtude de seu caráter conservador.

O movimento é constituído, basicamente, por trabalhadores desempregados que vivem numa situação de desespero e, por isso, são arregimentados para ocupar a terra. Segundo Stédile este é o último recurso dos trabalhadores num sacrifício em busca da sobrevivência. Para ele, a

ocupação “é uma forma de luta exasperada, é o último recurso, é o sujeito que não tem mais para onde ir, está no inferno, então resolve dar um tapa no diabo. Essa é a situação do acampado”.<sup>5</sup>

O MST destaca-se, também, por sua organização, disciplina e pelas lutas sociais que desenvolve visando construir uma sociedade sob novas bases socioculturais, econômicas e políticas, cujo fundamento maior, pelo menos para os dirigentes mais expressivos como Stédile, é o *homem* e não o *lucro* produzido pelo capital.

Não se pode negar, entretanto, que no interior do MST existam contradições com relação a seus objetivos estratégicos. Expressão dessas antinomias é o fato de que, tanto alguns trabalhadores assentados, como alguns dirigentes com relativa expressão, como José Rainha Júnior, afirmam lutar para renovar o capitalismo, ou mesmo para tornarem-se capitalistas como os atuais fazendeiros. O MST, como já se afirmou, nasceu a partir das lutas pela terra, iniciadas no final da década de 1970. O marco de fundação, enquanto movimento organizado detentor da sigla MST, no entanto, foi em janeiro de 1984, no I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel (PR), do qual participaram cento e cinquenta delegados. Esse encontro tinha como finalidade reunir todas as categorias de trabalhadores rurais que, de alguma forma, lutavam para obter terra para plantar.

Nesse encontro, o MST definiu, como princípio, a luta pela reforma agrária, reivindicando “terra para quem nela trabalha”, bem como uma política agrícola que assegurasse aos trabalhadores do campo a possibilidade de permanecerem em suas terras, dado que estes as vinham constantemente perdendo para os bancos, ou sendo expulsos pelos fazendeiros e grileiros.<sup>6</sup> Outro princípio considerado importante pelos congressistas foi a luta por uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

Durante os anos de 1986 e 1987, com o lema “sem reforma agrária não há democracia”, procurou-se colocar em xeque a disposição do “governo democrático” da Nova República em fazer as reformas que a sociedade exigia, sobretudo a reforma agrária, que o MST reivindicava fosse fei-

ta sob o controle dos trabalhadores. Nesse mesmo período, o movimento lançou o lema: “terra não se ganha, se conquista”, deixando clara sua disposição de lutar pela posse da terra e conquistar a reforma agrária. Mesmo com o fim do regime militar, essa era uma tarefa muito difícil para os Sem Terra devido ao esquema de repressão ainda vigente no país.

Em 1985, os trabalhadores rurais sem terra, já sob a sigla MST, realizaram o seu I Congresso Nacional (Curitiba), contando com a participação de mil e quinhentos delegados, quando definiram sua luta com o lema: “ocupação é a solução”, além de suas estruturas organizativa, associativa e suas instâncias de deliberação. Definiu também que os congressos nacionais deveriam ocorrer a cada cinco anos, com encontros a cada dois



Assentamento Cobrinco, Rondônia. Arquivo do MST

anos. Nesse mesmo congresso, foram eleitas a primeira coordenação nacional e a primeira direção nacional do movimento.

Em 1986, realizou-se o I Encontro Nacional de Assentados, no qual a discussão predominante foi quanto à situação dos assentados frente ao MST, visto que estes, agora detentores de terras, poderiam correr o risco de não serem mais considerados sem terra. No período, chegou-se a discutir a possibilidade da criação de um movimento dos assentados na luta pela reforma agrária. Coerentemente com os princípios do MST, seus integrantes optaram por deixar todos unidos no mesmo movimento. O MST desenvolveu, ainda, um papel importante na luta em defesa da reforma agrária durante o processo constituinte de 1987/88, quando foi o contraponto da bancada ruralista<sup>7</sup> liderada pela União Democrática Ruralista (UDR), que no Congresso Nacional Constituinte tentou de todas as formas impedir o avanço de conquistas sociais através da lei, sobretudo no tocante à reforma agrária.

Para não causar impacto negativo na sociedade, o MST optou por não adotar o slogan das Ligas Camponesas e dos trabalhadores rurais da década de 1960, “reforma agrária na lei ou na marra”, apontando para um lema mais suave e que se traduzia nas palavras: *ocupar, resistir e produzir*. Tentando envolver as pessoas dos centros urbanos, conclamava-se todos para a luta ao se

anunciar: “reforma agrária, esta luta é nossa”, procurando ainda demonstrar os benefícios que essa reforma traria para toda a sociedade.

Em 1992, o MST criou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), buscando englobar todas as cooperativas formadas em assentamentos surgidos a partir da luta pela reforma agrária. A confederação visava melhorar a produtividade e, ao mesmo tempo, criar uma maior integração entre esses grupos, para ampliar a inserção no mercado dos produtos saídos desses assentamentos.

Dada a situação política da primeira metade dos anos de 1980, no qual vigorava ainda o regime militar e a Lei de Segurança Nacional, dentre outros elementos de repressão do período, o MST optou por não ter um estatuto, situação na qual se mantém até hoje. No entanto, construiu a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), que funciona como uma espécie de “guarda-chuva” legal para suas atividades. Como forma de organização, o MST desenvolveu várias frentes ou setores que se articulam para garantir a existência orgânica do movimento, dentre os quais se destacam:

**Frente de massa:** cuida dos preparativos para as ocupações em que o MST se faz presente. Esse setor é o principal responsável pela aglutinação dos lavradores para o exercício de ocupação das áreas escolhidas pelo MST para esse fim. Embora não tenha nenhum poder de deci-

são, é fundamental para dar volume às ações do movimento;

**Setor de produção dos assentamentos:** cuida da organização da produção dos assentamentos resultantes de conquistas na luta pela reforma agrária desenvolvida pelo MST;

**Setor de formação:** é responsável pela formação política dos militantes e lavradores de base. Esse setor organiza os cursos e seminários que envolvem toda a militância do MST;

**Setor de educação:** responsável pela educação formal ou informal das crianças, jovens e adultos dos assentamentos e acampamentos;

**Setor de comunicação e propaganda:** responsável pela propaganda do MST e pelas denúncias nos momentos de conflitos ou confrontos com a polícia. É responsável, também, por divulgar toda forma de exploração e opressão sofrida pelos trabalhadores rurais em geral.

Como já mencionado, o MST difere de todos os outros movimentos de luta pela terra que existiram na história do Brasil, por constituir-se em um movimento nacionalmente organizado e possuir uma proposta de sociedade de cunho socialista. Essa nova sociedade, segundo o MST, deve se dar por meio da formação educacional implementada pelo movimento, nas regiões de acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais sem terra.

Essa questão tem grande importância no

momento em que é discutida a problemática educacional, por haver pessoas no seio da sociedade, e, principalmente, no MST, que acreditam que uma educação questionadora possa levar à construção de uma sociedade diferente, a partir da qual uma reforma agrária de caráter socialista se torne possível. O MST acredita que da combinação da luta pela terra com uma educação diferenciada, sem os vícios do sistema capitalista, seja possível pensar numa sociedade livre, democrática e igualitária, como é seu ideal, provendo daí a construção de um “novo homem”, livre e solidário.

Para se compreender a luta dos trabalhadores sem terra e seu projeto social, é importante não se perder de vista o entendimento de que o desenvolvimento da história se constrói na luta entre as classes sociais e que os trabalhadores rurais vêm construindo sua história por meio da luta de ocupação de terras, na formação dos acampamentos que levam aos assentamentos e à reforma agrária que, segundo o MST, é tão necessária ao país.

A construção histórica vai se constituindo nessa relação, visto que a história se assenta no desenvolvimento real da produção, partindo sempre da produção material da vida imediata e da forma de intercâmbio ligada ao modo de produção por ele produzido. Assim, conclui-se que a força motora da história não é a crítica, mas a revolução: produto do desenvolvimento social do homem e seu modo

de produção. Essa disciplina revolucionária é, portanto, a condição necessária para a continuidade da luta frente aos defensores do capital, que buscam por todos os meios quebrar a resistência do movimento, podendo ser obtida também através do estímulo de pessoas encarregadas de manterem vivas a chama da esperança do MST, no processo por eles denominado de *mística*.

Considerada pelo movimento como um dos mais importantes instrumentos de manutenção da esperança e do fervor na luta em defesa de seus interesses, a mística é o meio pelo qual o MST procura encontrar forças para manter viva a memória de seus mártires e buscar, com isso, dar esperanças à massa de trabalhadores sem terra na defesa de seus ideais. Nesse aspecto, a mística constituiu-se num importante elemento de formação, que ajuda a manter viva a esperança de um povo que, por algum tempo, havia se acostumado à falta de esperanças e de alternativas de vida. A mística é usada, também, para estimular as pessoas a lutarem por seus ideais e pode ser celebrada das mais variadas formas, desde uma celebração ecumênica até o cantar do hino da internacional socialista com punhos cerrados, como faziam os membros daquele movimento no século XIX.

Além da importância da mística e da luta por se inserir na história dos trabalhadores em geral, os responsáveis pela educação no MST perceberam que os pro-

blemas verificados na primeira metade do século passado não foram resolvidos até o início deste século, visto que ainda hoje há reclamações idênticas àquelas percebidas há mais de meio século. Da mesma forma que os educadores ruralistas daquele período, hoje também reclama-se da falta de coerência entre o que se ensina no campo e aquilo de que o campo realmente necessita para avançar no desenvolvimento de suas bases produtivas.

Por isso, os dirigentes do MST têm reivindicado do Estado que a escola pública do meio rural seja pensada e organizada para o trabalho no campo, dando a mesma ênfase para o trabalho manual e o trabalho intelectual, rompendo assim com a dicotomia social do trabalho intelectual para uma classe e o trabalho braçal para outra. O MST entende, portanto, que partindo da prática produtiva para a educacional, estariam fazendo uma relação dialética entre teoria e prática, necessária para o progresso econômico e social do país.

Seguindo a linha de raciocínio defendida pelos educadores ruralistas, o MST conclui que os males inerentes às formas de educação rural advêm do fato desta ser direcionada para os alunos da zona urbana sem nenhuma adequação para o campo, e por isso fazem a apologia de um conteúdo diferenciado, que seja voltado para seus militantes, pois entendem que o conteúdo ensinado nas escolas rurais, sem nenhuma adequação para o

campo, não pode contribuir para fixar o trabalhador nesse ambiente.

Tal qual Carneiro Leão, o MST considera de extrema importância a existência da escola, embora aquele autor reconhecesse que “a escola rural atravancada de livros e de programas elaborados para as cidades produziram e produzem esta monstruosidade: uma educação que não corresponde às aspirações dos indivíduos nem do grupo”,<sup>8</sup> provocando, de um lado, a negação da escola por parte de significativas parcelas dos habitantes do campo, e, de outro, a repulsa dos professores que não querem se fixar naquele meio.

Essa “monstruosidade” de que fala Carneiro Leão teria sido produzida graças à má formação dos professores que não tiveram nenhum contato com o meio no qual seriam “jogados” para trabalhar, ou à falta de uma formação adequada para o trabalhador do meio rural. Não por acaso, Carneiro Leão afirmava que os professores, mandados para o interior, teriam estudado na capital ou nas grandes cidades problemas que eram urbanos. Esses professores, de acordo com seu raciocínio, diplomaram-se em suas escolas, viveram com suas famílias nesses ambientes, aprenderam e praticaram por currículos organizados para as exigências da vida citadina, e, portanto, iriam ensinar

nos meios matutos e sertanejos, por programas manipulados na capital,

cuja distribuição de matérias e cujos métodos preconizados só por descuido cogitam das necessidades e realidades da vida no interior. (...) seu pensamento está na cidade e na família distantes, seu sentimento é de hostilidade ao ambiente, sua atitude de aversão e de incompreensão e que, em retribuição, com eles antipatiza. Os professores vivem alheios aos problemas com que se defrontam, à vida que os cerca, às necessidades que os circundam, ao destino e à felicidade dos alunos e da própria comunidade. São estranhos e estranhos querem permanecer.<sup>9</sup>

Apesar da distância no tempo e das mudanças decorrentes das transformações ocorridas, quer pelo grande êxodo por que passou o campo, pelo desenvolvimento industrial e tecnológico, quer pelas mudanças nas relações produtivas, corroborando com esse tipo de pensamento, o MST tem defendido que da maneira como está sendo o ensino praticado hoje, ele contribui para acelerar ainda mais esse êxodo, ao fantasiar uma realidade considerada bem mais atraente que a realidade do meio rural. Além disso, o conteúdo trabalhado nas escolas costuma mostrar somente os benefícios existentes na cidade, que não são levados ao trabalhador do campo. O MST considera, ainda, que há o agravante de que dificilmente o conteúdo dos livros didáticos utilizados nesse setor apontam para

a realidade dos pobres e miseráveis que vivem nas periferias das grandes cidades em situação deplorável.

Ao discutir essa problemática nos anos de 1930, Carneiro Leão deparava com uma realidade parecida e a considerava contraproducente para os habitantes da roça, tal qual os educadores do MST a encontram atualmente. Ao demonstrar seu pensamento sobre o assunto, Leão admitia que

tal ensino muitas vezes é até contraproducente. É o filtro que embriaga o espírito do aluno jovem comunicando-lhe a ânsia de emigrar, de correr terras, de ir para a capital, de abandonar o campo, o labor duro, mas produtivo e sadio, em que sempre viveu. Para isso as referências

contínuas do professor às belezas da cidade de onde veio, às distrações, às vantagens do meio urbano progressista constituem a força catalisadora capaz de extinguir definitivamente, na alma do matuto ou sertanejo, os mais inveterados remanescentes de seu amor pelo torrão natal (...).<sup>10</sup>

E essa realidade que, ao longo do tempo, tem contribuído para expulsar o homem do campo e ajudado a inchar as periferias das grandes cidades que crescem desordenadamente e sem controle, não sofreu alterações significativas com o passar dos anos. Hoje, pode-se verificar que a distância em relação ao modo de vida dos pobres do campo, sem tecnologia e sem acesso à energia elétri-



**Acampamento no Pontal do Paranapanema, São Paulo. Foto de Paulo Pinto**

ca, comparada com aqueles que vivem na cidade, ainda é bastante acentuada em algumas regiões do país, assim como é a forma como vivem as pessoas que, no meio urbano, têm acesso ao emprego e à tecnologia em relação àqueles que naquele ambiente não os têm.

Não se trata, necessariamente, de urbanizar o campo, no sentido de levar para lá farmácias, postos de saúde, supermercados etc., mas de possibilitar um mínimo de conforto e permitir o acesso ao uso de tecnologia como o computador, que poderia ajudar a melhorar os índices de produtividade da terra e a condição financeira de seus moradores, com maior controle da produção. Para isso, é fundamental a expansão das redes de telefonia, energia elétrica, asfaltos e infra-estrutura básica em geral.

Nessa perspectiva, é solicitado à escola e ao professor que invistam na educação escolar, repensando seu conteúdo, sua metodologia de trabalho e finalidades, para que atendam aos interesses dos trabalhadores do campo. Carneiro Leão condenava a postura do professor e da escola por sua apatia, ao afirmar que

A escola e o mestre, que poderiam ser fatores poderosos de educação, de direção de vida e de civilização, nada fazem além de ensinar a ler, escrever e contar. As escolas não se tornam, portanto, agências de ajustamento social, de bem estar físico, mental e moral (...). São elementos à margem, às vezes desintegrados e

quase sempre nulos como fator de construção do grupo.<sup>11</sup>

Os educadores do MST entendem, ainda, que os “pobres e marginalizados”, como os trabalhadores rurais sem terra, ao longo do tempo, não fizeram parte do currículo escolar, por isso propõem que sejam mudados os currículos para adequá-los à sua realidade, criando uma nova forma de ensinar que dê conta daquilo que é característico do setor rural. Segundo Roseli Caldart, nesse campo há uma certa especificidade que “tem a ver com um novo currículo, com a relação efetiva entre escola e comunidade, entre educação, produção, cultura, valores, e com uma formação adequada aos trabalhadores e às trabalhadoras desta educação”,<sup>12</sup> inserindo-os no contexto social do qual historicamente tem sido excluída toda a classe trabalhadora, bem como as minorias sociais e culturais.

Para possibilitar essa forma de educação, o setor educacional do MST propõe que esse novo currículo promova, dentre outras coisas, “uma educação que valorize o saber dos/as educandos/as (visto que) crianças, jovens, adultos, pessoas mais velhas, todos tem um conjunto de saberes, uma cultura e uma história que precisam ser respeitadas e consideradas quando entram na escola”.<sup>13</sup> Ocorre que, ao partir daquilo que já se sabe, corre-se o risco de se ensinar exatamente aquilo que a criança não precisa aprender, promovendo-se um ensino inócuo. Nesse caso, o que precisa ser feito é um avan-

ço na discussão acerca de qual é o papel da educação e da tecnologia para o meio rural e sobre quais são as condições necessárias para que o trabalhador rural tenha acesso tanto à tecnologia como ao saber para usá-la.

O MST vem lutando no intuito de conseguir a fixação do homem à terra, preferencialmente em sua região de origem. Para isso, procura inserir suas discussões no contexto geral da luta por uma sociedade socialista, ao contrário do que fizeram os defensores do ruralismo pedagógico, que estabeleceram uma argumentação que tinha por base a oposição cidade-campo, utilizando-se de argumentos que passavam ao largo das diferenças de classes, deixando de lado o relevante aspecto do acesso de camadas de baixa renda à escola, independentemente do contexto rural ou urbano em que se inseriam.<sup>14</sup>

Para Rizzoli, a fixação do trabalhador rural tornar-se-ia ainda mais difícil de acontecer porque estaria “baseada numa análise insuficiente da articulação entre cidade e campo, (pois) o projeto de adequação da escola rural à realidade, como meio de inibir o fluxo migratório, estava condenado ao malogro”,<sup>15</sup> sobretudo porque não levava em conta a questão econômica. Percebendo essa armadilha, o MST busca introduzir no debate acerca da educação rural e da necessária discussão da articulação entre campo e cidade, a problemática da posse e do uso da terra, bem como do acesso aos me-

canismos de produção, distribuição e consumo de mercadorias.

Reivindica-se uma escola voltada para o meio rural diferente das escolas regulares que atuam hoje, mas que não deixe de levar em conta as diferenças sociais que são características das sociedades de classes. Para tanto se defende que a escola deva possibilitar uma educação pensada, planejada e estruturada a partir dos princípios da classe trabalhadora e do MST; e uma alfabetização que vá muito além do reconhecimento das letras, além do espaço da sala de aula e que ocorra nas atividades culturais, religiosas, recreativas etc. do assentamento.

A aprendizagem deve se dar em um ambiente seguro, receptivo e acolhedor a fim de que a criança se sinta feliz para poder expressar afetividade, sonhos, desejos, fantasias etc., desenvolvendo-se com liberdade; e deve ser planejada como um todo, com a participação de alunos, pais e professores, visando atender a todos, visto que a seleção do ensino, no Brasil, sempre ocorreu em todos os níveis, desde a educação elementar, em que a seleção se dá pela retenção e pela evasão escolar, patrocinada pela forma desinteressante como a educação vem sendo promovida.

Por essas razões, o MST propõe um modelo de educação coletiva no qual o ensino possa ser baseado em novas relações pessoais e em novos valores humanos, em que a dignidade, a felicidade, a igualdade, o desenvolvimento cultural e cien-

tífico sejam direitos de todos, juntamente com o atendimento às necessidades básicas de toda a população, eliminando-se as possibilidades de exclusão social pela via escolar. Nessa concepção, educação, política, economia e sociedade passam a ser face e contraface de uma mesma moeda, ao contrário da educação praticada e defendida pelos detentores do capital, que procuram passar para a sociedade a idéia de que a educação é uma coisa neutra a que qualquer pessoa pode ter acesso, pois os governos a disponibilizam para todos.

A transformação social e econômica teria, então, que possibilitar a transformação na educação, pois se entende que uma grande mudança cultural poderia levar a uma mudança política que beneficiasse aqueles que sempre foram aliados do poder. Para conseguir essa transformação, a principal via seria a escola, entendendo que essa escola deveria ser mantida pelo Estado e gerenciada pela comunidade, que a administraria de acordo com suas necessidades. É óbvio que não podemos pensar numa perspectiva em que as idéias, pela via da cultura, transformariam a realidade, mas que a realidade econômica mediada pela política pode transformar a cultura e contribuir para modificar essa mesma realidade.

Embora a escola seja um espaço público e democrático, que conta com todas as correntes políticas e ideológicas dispostas na sociedade, ela não deixa de ser

um aparelho ideológico do Estado que, em grande medida, projeta interesses dos segmentos da classe dirigente que estiver ocupando o aparelho do Estado naquele momento. Por isso, parece ingenuidade querer que as camadas dirigentes possibilitem uma educação política que parta dos interesses da classe que estiver fora do poder. Assim, ou os educadores afinam-se com os interesses da comunidade, no caso os sem terra, ou será inócua a defesa desse tipo de educação.

Os intelectuais do MST têm consciência de que não basta vontade para transformar a realidade, porém que é preciso muita luta e organização. Entendem que é mais fácil a sociedade transformar a escola do que a escola transformar a sociedade. Por isso, embora atribuam à escola um importante papel na luta da transformação social, sabem que esse papel é limitado, mas importante, à medida que, de alguma maneira, a escola interfere na consciência das pessoas que habitam o espaço social em que ela se insere. Essa consciência fica explícita nas seguintes palavras de Roseli Caldart:

Como, de modo geral, é mais fácil a comunidade transformar a escola do que a escola transformar a comunidade, os problemas de organicidade dos assentamentos acabam sendo um (fator) limitante na formação do/a educador/a. Este é, por outro lado, um obstáculo que se torna desafio pedagógico e político: "... o suces-

so da escola é o sucesso do assentamento, não tem outro jeito...". E o princípio do envolvimento entre escola e comunidade passa a ter "mão dupla" e ser, ele próprio, um objeto formador.<sup>16</sup>

Se para transformar a sociedade econômica e politicamente não é suficiente apenas que se faça algumas mudanças na educação, é fundamental, então, que se lute para reformulá-la. É necessário, ainda, que se implementem lutas sociais, como a reforma agrária, que é, no entender do MST, o principal instrumento de transformações sociais e econômicas de que dispõe a classe trabalhadora brasileira no atual momento histórico.

A luta pela reforma agrária seria, portanto, a explicitação de algumas contradições

existentes no interior da sociedade capitalista, em que a propriedade da terra tem sido colocada acima da necessidade de seu uso social, impedindo que grandes parcelas de trabalhadores tenham acesso à terra, ao emprego, à moradia, à educação e às condições de vida que dignificam o ser humano.

A luta pela educação deverá servir como mais um momento de luta da classe trabalhadora por algo que lhe tem sido negado. Assim, Roseli Caldart afirma que o fundamental da luta é que o trabalhador rural, sobretudo aquele ligado ao MST, esteja preparado para implementar um

projeto/movimento educacional coerente com o projeto/movimento político-pedagógico que tem sido produzido na luta pela reforma agrária e



Assentamento Jundiá, Espírito Santo. Arquivo do MST

pela transformação social em nosso país. Fazer a leitura destes movimentos e conseguir impulsioná-los em outros tipos de ações educativas é o grande papel, e portanto demanda formativa, de quem se pretende um/a educador/a da reforma agrária, ou, mais especificamente, do MST.<sup>17</sup>

Como ainda não existe essa consciência na sociedade em geral, as crianças do MST têm sido levadas a entender que sua atuação pedagógica, enquanto parte da relação com o sujeito formador, é de fundamental importância para a obtenção dos resultados até agora alcançados pelos trabalhadores rurais, pois seu jeito de ser e de aprender acaba, de alguma maneira, se espalhando para toda a sociedade.

Na tentativa de demonstrar a importância da ação pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, seus educadores estão insistindo no discurso de que as suas práticas educativas têm sido levadas adiante pelo seu principal instrumento de formação, ou seja, as escolas, por meio dos seus cursos de formação. Nesse sentido, são ilustrativas as palavras de Roseli Caldart, quando afirma que

Esta experiência vem nos mostrando a potencialidade política e pedagógica de se ter um curso do Movimento e não apenas para o Movimento. Muitas escolas podem fazer um ótimo curso para as/os educadoras/es do MST. Mas à medida que o próprio

MST faz/gere o seu curso de mestrado, ali estará encarnada a sua dinâmica, o seu processo histórico. Suas possibilidades e seus limites terão que ser seu próprio objeto de formação.<sup>18</sup>

Como podemos perceber, embora haja grande proximidade entre as propostas do MST e aquelas defendidas pelos educadores que empreenderam o movimento do ruralismo pedagógico, essas nem sempre são explicitadas, pois o Movimento jamais demonstrou admitir qualquer ligação entre ambos, principalmente devido aos métodos de análise da sociedade utilizados pelos ruralistas do início do século passado.

Os pontos de partida para a análise social de cada movimento são diferentes, pois enquanto os ruralistas utilizavam os referenciais teóricos e metodológicos dos positivistas, e propunham apenas algumas reformas no interior do capitalismo, o MST assume uma postura dialética propondo a derrocada desse sistema, com a introdução de um novo modo de produção que tenha por bases a igualdade e a solidariedade, próprias do socialismo. As diferenças e semelhanças entre ambos tornam-se mais palpáveis à medida que aprofundamos os estudos a respeito do tema.

Em comum, encontra-se a crença de que uma pedagogia adequada para o trabalhador rural é aquela que o ajuda a fixar-se no campo, sem levar em conta que o que realmente radica uma pessoa ou

um grupo social em determinada área geográfica são as condições que são proporcionadas para a sua sobrevivência. É na economia e não na educação que de-

vemos buscar as respostas para os processos de fixação e expulsão do homem em determinados lugares e épocas distintas.

## N O T A S

1. Esse movimento entendia que a fixação do homem no campo poderia se dar por meio de uma pedagogia adequada, sem considerar as questões socioeconômicas que favorecem essa fixação ou sua expulsão.
2. Um dos fundadores e principais intelectuais do MST.
3. Movimento que surgiu como uma sociedade de ajuda mútua, em que o povo da região da Galiléia, divisa de Pernambuco e Paraíba, se reuniam para comprar caixões para enterrar seus defuntos, uma vez que a prefeitura local apenas emprestava a urna para conduzir o morto até o cemitério, devendo o caixão ser devolvido para esperar o próximo morto. Esse movimento tornou-se, posteriormente, sob a liderança do deputado Julião, no mais importante movimento revolucionário do período. Sobre o assunto, além de ampla bibliografia, ver o filme: *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho, sobre a vida de João Pedro Teixeira, um dos fundadores da liga.
4. Expressão bastante utilizada pelo movimento sindical para designar um período de “ausência” de reivindicações no campo, ocorrido pelo fato de que os trabalhadores que se envolviam nas lutas eram calados pelas armas da repressão política ou pelas milícias armadas dos fazendeiros.
5. João Pedro Stédile, entrevista à revista *Caros Amigos*, nov. 1997, p. 29.
6. É popularmente chamado de “grilo” o processo de conquista de terra por meios ilícitos ocorridos no Brasil, principalmente na primeira metade do século XX, período em que era comum os fazendeiros invadirem as terras dos pequenos proprietários, criando uma situação de litígio. Quando os processos litigiosos chegavam ao Judiciário, via de regra os cartórios pegavam fogo “acidentalmente”. Nesse caso, por falta de escrituras, o juiz costumava dar o ganho de causa ao documento mais velho e, aí, o trabalhador que guardava muito bem seus documentos, os apresentava com uma aparência de novo. Enquanto isso, os fazendeiros colocavam seus documentos numa gaveta junto com alguns grilos, para que em poucos dias esse documento estivesse todo carcomido, fazendo parecer mais velho que o do trabalhador e, com isso, se apropriando da terra. O processo de grilagem da terra também foi comum nas chamadas terras devolutas, que a partir da lei de 1850 retornaram para o Estado por falta de comprovação do direito de posse.

7. Grupo de Deputados e senadores, formado durante o processo constituinte de 1987/88, com a finalidade de impedir que a Carta Magna possibilitasse a reforma agrária e a inclusão de temas e propostas consideradas socialistas.
8. A. C. Leão, *Sociedade rural: seus problemas e sua educação*, Rio de Janeiro, s.e., s.d., p. 220.
9. *Ibidem*, p. 281.
10. *Ibidem*, p. 278.
11. *Ibidem*, p. 287.
12. R. S. Caldart, *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*, Petrópolis, Vozes, 1997, p. 40-41.
13. *Ibidem*, p. 42.
14. A. Rizzoli, *O real e o imaginário na educação rural*, tese de doutorado, Campinas, FE/Unicamp, 1987, p. 7.
15. *Idem*.
16. R. S. Caldart, *op. cit.*, p. 60-61.
17. *Ibidem*, p. 110.
18. *Ibidem*, p. 140.